BANCO digi+

# 2026

30 DE JUNHO

Elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Instituições Financeiras.

© 2026 BANCO DIGIMAIS S.A.
CNPJ: 92.874.270/0001-40
Rua Arizona 1426, 9º andar - Cidade Monções - São Paulo - 04567-003

# ÍNDICE


Relatório da Administração ... 3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE ... 6
BALANÇO PATRIMONIAL ... 11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ... 12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ... 13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ... 14
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO ... 15
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ... 16
1. Contexto operacional ... 16
2. Apresentação das demonstrações financeiras ... 16
3. Resumo das principais práticas contábeis ... 17
4. Disponibilidades ... 19
5. Títulos e valores mobiliários ... 20
6. Operações de crédito ... 20
7. Ativos fiscais ... 23
8. Imobilizado de uso ... 25
9. Outros ativos ... 25
10. Depósitos a prazo ... 26
11. Passivos fiscais correntes ... 28
12. Provisões para contingências ... 28
13. Outros passivos ... 29
14. Patrimônio líquido ... 29
15. Transações com partes relacionadas ... 30
16. Imposto de renda e contribuição social ... 30
17. Despesas com venda ou transferência de ativos financeiros ... 31
18. Outras despesas administrativas ... 31
19. Despesas tributárias ... 31
20. Responsabilidades e compromissos ... 31
21. Outras receitas e despesas operacionais ... 31
22. Instrumentos financeiros ... 32
23. Gestão de riscos ... 32
24. Eventos subsequentes ... 34
Composição da Administração em 30 de junho de 2026 ... 36

# Relatório da Administração

A Administração do Banco Digimais S.A. (“Banco” ou “Digimais” ou “Companhia” ou “Instituição”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2026, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), acompanhada do Relatório do Auditor Independente.

## Mensagem da Administração

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por profundas readequações na governança, estrutura de riscos e direcionamento estratégico da Companhia. Diante da volatilidade macroeconômica, dos desafios relacionados ao reenquadramento de indicadores de capitalização e das tratativas em curso junto aos órgãos reguladores e potenciais investidores, a Administração adotou medidas severas voltadas à preservação da liquidez e mitigação de riscos.

Como principal resolução e em alinhamento com os planos de reestruturação debatidos com a autarquia monetária, o Banco deliberou pela cessação integral das novas operações de concessão de crédito, bem como da tomada de captações de recursos junto ao mercado (tais como a emissão de novos Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Letras Financeiras).

Dessa forma, as atividades atuais do Banco concentram-se estritamente na gestão, cobrança e desinvestimento gradual da carteira de ativos remanescentes, bem como no gerenciamento e adimplemento ordenado das obrigações passivas já constituídas.

No dia 23 de junho de 2026, o Banco Digimais foi alvo de uma operação da Polícia Federal, denominada Operação Miragem, a qual investiga cometimento de supostos crimes financeiros. A Administração do Banco Digimais afirma sua total colaboração com as autoridades competentes, a fim de eliminar qualquer dúvida quanto à lisura e licitude das operações registradas pelo Banco.

## Desempenho Financeiro e Patrimonial

Os resultados apurados no período refletem os impactos contábeis decorrentes da contração das operações e dos ajustes de avaliação patrimonial:

- **Resultado do Semestre:** O Banco registrou um prejuízo líquido de R$ 581,4 milhões no primeiro semestre de 2026. O resultado foi impactado substancialmente por provisões operacionais e ajustes no valor de ativos.

- **Ativos Totais:** A base de ativos encerrou o semestre posicionada em R$ 9,81 bilhões. A carteira de crédito líquida totalizou aproximadamente R$ 1,5 bilhão, reflexo do início do processo de amortização e da interrupção de novas concessões.

- **Passivos e Captações:** Os passivos totalizaram R$ 9,5 bilhões. O estoque de depósitos e captações pré-existentes seguiu o fluxo normal de maturação, sem novas entradas decorrentes da estratégia de interrupção deliberada.

- **Patrimônio Líquido e Indicadores de Capital:** O Patrimônio Líquido encerrou o período em R$ 330,9 milhões com os Índices de Basileia temporariamente abaixo dos limites regulatórios mínimos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em evento subsequente ocorrido no mês de outubro de 2026, a instituição implementou aumentos expressivos de capital social totalizando o valor de R$ 1,7 bilhão, recompondo integralmente o Índice de Basileia para 11,29% (em outubro de 2026) e superando com folga os limites regulatórios mínimos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Essa capitalização massiva reverteu o desenquadramento temporário registrado no encerramento do período anterior, fortalecendo a estrutura de capital da instituição e restabelecendo sua margem de segurança operacional e solidez financeira perante o mercado e o Banco Central.

## Eventos Subsequentes e Ajustes Estruturais

Nos termos das normas contábeis vigentes aplicáveis a eventos ocorridos após a data do balanço (30 de junho de 2026), a Administração destaca os seguintes fatos relevantes subsequentes, que integram o conjunto de resoluções para o saneamento financeiro e operacional da instituição:

- **Injeção de Capital Programada:** Restaram formalizados e integralizados junto às instâncias de controle os aportes de capital que totalizaram R$ 1.714.266. A operação ocorreu em duas etapas: a primeira no montante de R$ 1.214.266 em 15 de outubro de 2026, e a segunda no montante de R$ 500.000 em 19 de outubro de 2026. Esses aportes reverteram o desenquadramento regulatório, recompondo o Índice de Basileia para 11,29% e restabelecendo as margens de solvência exigidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

- **Remarcação de Ativos em Fundos de Investimento:** No período subsequente, foram identificados ajustes necessários com o reconhecimento de ganhos a apropriar decorrentes da remarcação a mercado dos ativos financeiros detidos em fundos de investimento da Instituição. Foram reconhecidos até a presente data o valor de R$ 51.735 e estudos mostram que serão reconhecidos novos passivos estimados em R$ 536.600 até o término do exercício.

- **Alienação de Cotas de FIDC:** Em estrito cumprimento às diretrizes de governança e visando sanar desconformidades regulatórias, o Banco realizou a alienação integral de suas cotas de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). A operação de desinvestimento foi motivada pela necessidade de reenquadramento às exigências da Resolução CMN nº 2.907 de 29 de novembro de 2001, eliminando os fatores de interferência regulatória decorrentes da manutenção desse ativo na carteira.

## Plano de Recomposição de Capital e Continuidade Operacional

A Administração esclarece que o Banco vem envidando os melhores esforços e cooperando integralmente com o Banco Central do Brasil para a manutenção de seus indicadores de capital de referência. No âmbito do plano de reestruturação institucional e saneamento de indicadores regulatórios, as principais frentes de atuação concentram-se na readequação dos imites operacionais por meio de capitalização direta, paralelamente ao avanço nas tratativas estratégicas com vistas à transferência de controle acionário e acordos operacionais junto ao mercado financeiro.

Até a efetiva formalização de tais atos, o foco exclusivo da instituição permanece direcionado à governança da manutenção de liquidez necessária para o estrito adimplemento das obrigações passivas em curso.

## Práticas Governamentais e Gestão de Riscos

A Companhia mantém estruturas voltadas ao monitoramento de riscos de mercado, liquidez e crédito, adaptadas à nova realidade de descontinuidade de originação. Os controles internos foram reforçados a fim de assegurar a transparência das demonstrações contábeis e atender rigorosamente aos requerimentos e requisições informacionais do regulador e dos auditores independentes.

## Demonstrações financeiras

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao período findo em 30 de junho de 2026, as quais foram aprovadas pela Administração do Banco em 30 de outubro de 2026.

## Relacionamento com os auditores independentes

No período findo em 30 de junho de 2026, o Banco Digimais não contratou nem teve serviços prestados pela CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes S/S Ltda. que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

## Ouvidoria institucional

A estrutura de Ouvidoria do Banco Digimais está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860 de 23 de outubro de 2020 e atualizada pela Resolução CMN nº 5.182 de 01 de novembro de 2024 e disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga por meio de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor.

## Agradecimentos

A Administração expressa seu agradecimento aos colaboradores pelo empenho na condução desse plano de transição institucional, bem como aos clientes e parceiros que nos acompanham neste período de readequação.

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Digimais S.A.
São Paulo - SP

## Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Digimais S.A. (“Digimais” ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que possam decorrer dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Digimais S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

## Base para opinião com ressalvas

### Investimentos em cotas de fundos – mensuração e valorização

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, em 30 de junho de 2026, o Banco possuía investimentos em cotas de fundos de investimento no montante total de R$ 4.694.230 mil, distribuídos entre certas categorias de fundos, sendo: **(i)** Desse total, R$ 1.758.435 mil referem-se a investimentos em cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) de títulos privados, dos quais R$ 685.123 mil correspondem a fundos cujas últimas demonstrações financeiras foram emitidas com modificação de opinião e R$ 1.050.468 mil corresponde a fundos que até o momento não tiveram suas demonstrações financeiras auditadas, emitidas, onde não foi possível realizar procedimentos alternativos de auditoria para avaliação da provisão de crédito do fundo e possíveis impactos nas cotas do fundo; **(ii)** R$ 487.284 mil se referem a investimentos em cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) de direitos creditórios públicos que, até a data de emissão deste relatório, não possuíam suas demonstrações financeiras auditadas emitidas e não foi possível realizar procedimentos alternativos de auditoria; **(iii)** R$ 641.899 mil se referem a Fundos de Investimento

Imobiliário (FII), dos quais R$ 499.845 mil referem-se a fundos que, até a data de emissão deste relatório, não possuíam suas demonstrações financeiras auditadas emitidas; **(iv)** R$ 1.800.132 mil se referem a Fundos de Investimento em Participações (FIP), sendo que, desse valor, R$ 1.088.015 mil, possuem investimentos em terrenos e Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") de forma direta e indiretamente, suportado por laudo de avaliação com base em premissas de fluxo de caixa descontado e método comparativo direto, contudo, considerando que os investimentos se encontram em fase inicial de desenvolvimento, entendemos que a metodologia utilizada envolve elevado grau de subjetividade e dependência da realização de premissas e julgamentos relevantes, onde não nos foi possível concluir de forma satisfatória sobre a razoabilidade dos saldos. Além disso, dentro do saldo de R$ 1.800.132 mil, R$ 712.116 mil não possuíam suas demonstrações financeiras auditadas emitidas. Em decorrência dos aspectos acima mencionados, não foi possível realizar procedimentos de auditoria persuasivos sobre tais investimentos na data-base de nossa auditoria, bem como determinar os possíveis efeitos no resultado do período. Desta forma, considerando que não obtivemos evidências de auditoria suficientes e apropriadas, não nos foi possível determinar os eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações financeiras do Banco.

## Ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7b, em 30 de junho de 2026, o Banco possuía registrado na rubrica "Ativos fiscais diferidos" o montante de R$ 891.207 mil, constituído com base em diferenças temporárias dedutíveis decorrentes de despesas e provisões, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. A Administração realizou a avaliação da recuperabilidade dos referidos ativos fiscais diferidos, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. Entretanto, considerando a situação econômico-financeira do Banco, caracterizada por restrições relevantes em sua estrutura de capital, dificuldades relacionadas ao atendimento dos requerimentos regulatórios aplicáveis e incertezas quanto à implementação e à efetividade do plano de negócios aprovado pela Administração e dos esforços empreendidos no processo de reorganização operacional, existem incertezas relevantes quanto à capacidade de geração de resultados tributáveis futuros necessários à realização desses ativos. Adicionalmente, em decorrência das limitações descritas na seção "Investimentos em Cotas de Fundos", não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para avaliar os potenciais impactos dessas circunstâncias sobre as projeções de resultados tributáveis futuros utilizadas pela Administração e, consequentemente, determinar se eventuais ajustes seriam necessários no saldo de ativos fiscais diferidos registrado em 30 de junho de 2026.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 1, 14, 23 e 24 às demonstrações financeiras, o Banco Digimais S.A. apurou prejuízo líquido de R$ 581.405 mil no semestre findo em 30 de junho de 2026, acumulando prejuízos de R$ 709.083 mil e apresentando patrimônio líquido de R$ 330.917 mil naquela data. Em 30 de junho de 2026, o Índice de Basileia Amplo era de 2,07% e o índice de Capital Principal era negativo em 1,17%, ambos inferiores aos requerimentos prudenciais mínimos aplicáveis. Adicionalmente, o Banco recebeu ofício do Banco Central do Brasil (BCB), no âmbito do acompanhamento de sua situação econômico-financeira e regulatória, para apresentação de plano de regularização de determinados ajustes contábeis e de reenquadramento dos índices mínimos de capital. Diante desse cenário, a Administração suspendeu a originação de novas operações de crédito e a captação de recursos, concentrando suas atividades na gestão e realização dos ativos remanescentes e no cumprimento das obrigações assumidas. Como parte de seu plano de recomposição de capital e continuidade operacional, a Administração divulgou aumentos de capital aprovados pelos acionistas no montante global de R$ 2.070.000 mil, dos quais R$ 1.714.266 mil foram subscritos e integralizados em 15 e 19 de outubro de 2026, permanecendo o saldo de R$ 355.734 mil com previsão de integralização até o encerramento do primeiro semestre de 2027. Considerados os aportes realizados e as demais premissas apresentadas pela Administração, a Nota Explicativa nº 23 demonstra índices projetados de Capital Principal e de Basileia Amplo de 11,29% e 15,06%, respectivamente, em cenário posterior aos aportes. Entretanto, a efetiva implementação do plano readequações na governança, estrutura de riscos e direcionamento estratégico do Banco, bem como a integralização do saldo remanescente dos aumentos de capital, permanecem sujeitas às aprovações e demais condições aplicáveis perante o BCB. O plano contempla, ainda, a reestruturação das operações e a busca de potenciais investidores para uma eventual transferência do controle societário, cuja concretização depende da conclusão das negociações e das aprovações regulatórias pertinentes. Esses eventos e condições, considerados em conjunto, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Banco. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

## Ênfase

### Investigação conduzida pelas autoridades competentes - Operação Miragem

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve a realização, em 23 de junho de 2026, da denominada “Operação Miragem”, conduzida pela Polícia Federal, no âmbito de investigações relacionadas a supostos ilícitos financeiros. Conforme informado pela Administração, o Banco vem colaborando com as autoridades competentes no contexto dos procedimentos investigativos. Os desdobramentos das investigações e seus potenciais efeitos sobre as atividades, a posição patrimonial e financeira e os resultados do Banco permanecem incertos e dependerão da evolução dos procedimentos conduzidos pelas autoridades competentes. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de outubro de 2026.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

# BALANÇO PATRIMONIAL

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

*(Valores em milhares de reais)*

| Ativo | Nota | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|
| **Disponibilidades** | **4a** | **1.950.514** | **2.143.375** |
| **Instrumentos financeiros** | | **4.759.753** | **4.290.535** |
| Títulos e valores mobiliários | **5** | 4.759.598 | 4.290.362 |
| Pagamentos e recebimentos a liquidar | | 155 | 173 |
| **Carteira de crédito** | | **1.491.826** | **1.675.976** |
| Operações de crédito | **6** | 1.832.128 | 1.880.463 |
| Provisão para perdas associadas ao risco de crédito | **6e** | (340.302) | (204.487) |
| **Ativos fiscais** | | **1.064.737** | **584.139** |
| Ativos fiscais correntes | **7a** | 173.530 | 170.705 |
| Ativos fiscais diferidos | **7b** | 891.207 | 413.434 |
| **Outros ativos** | **9** | **548.710** | **1.366.283** |
| **Imobilizado de uso** | **8** | **2.380** | **3.844** |
| **Total do Ativo** | | **9.817.920** | **10.064.152** |

| Passivo | Nota | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|
| **Depósitos e demais instrumentos financeiros** | | **9.281.693** | **9.134.408** |
| Depósitos à vista | | 4.531 | 7.239 |
| Depósitos a prazo | **10** | 9.277.162 | 9.127.169 |
| **Passivos fiscais** | | **4.571** | **14.797** |
| Passivos fiscais correntes | **11** | 4.480 | 14.706 |
| Passivos fiscais diferidos | | 91 | 91 |
| **Provisões para contingências** | **12** | **31.925** | **30.841** |
| **Outros passivos** | **13** | **168.814** | **96.784** |
| **Total do Passivo** | | **9.487.003** | **9.276.830** |
| **Patrimônio líquido** | **14** | **330.917** | **787.322** |
| Capital social | | 1.040.000 | 1.040.000 |
| (-) Capital a integralizar | | - | (125.000) |
| Prejuízos acumulados | | (709.083) | (127.678) |
| **Total do Passivo e do Patrimônio líquido** | | **9.817.920** | **10.064.152** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

*(Valores em milhares de reais)*

| Descrição | Nota | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|---|
| **Receitas da intermediação financeira** | | **(14.673)** | **799.681** |
| Com operações de crédito | **6g** | 178.702 | 314.422 |
| Com aplicações interfinanceiras de liquidez | **4b** | 134.567 | 159.592 |
| Com operações com títulos e valores mobiliários | **5b** | (327.942) | 325.667 |
| **Despesas da intermediação financeira** | | **(673.839)** | **(591.697)** |
| Com captação no mercado | **10d** | (673.839) | (568.203) |
| Com venda ou transferência de ativos financeiros | **17** | - | (23.494) |
| **Resultado bruto** | | **(688.512)** | **207.984** |
| Provisão / Reversão de provisões para perdas associadas ao risco de crédito | **6h** | (186.175) | (5.272) |
| **Resultado da intermediação financeira após as provisões para perdas associadas ao risco de crédito** | | **(874.687)** | **202.712** |
| **Receitas (Despesas) operacionais** | | **(185.450)** | **(128.231)** |
| Despesas de pessoal | | (25.935) | (28.624) |
| Outras despesas administrativas | **18** | (169.750) | (94.429) |
| Despesas tributárias | **19** | (1.581) | (13.005) |
| Outras receitas operacionais | **21a** | 23.218 | 16.655 |
| Outras despesas operacionais | **21b** | (11.402) | (8.828) |
| **Resultado antes da tributação e das participações** | | **(1.060.137)** | **74.481** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **16** | **478.732** | **(30.778)** |
| Provisão para imposto de renda | | - | (4.126) |
| Provisão para contribuição social | | - | (3.310) |
| Resultado fiscal diferido | | 478.732 | (23.342) |
| **Participações nos lucros e resultados dos empregados** | | **-** | **(1.634)** |
| **Lucro líquido (Prejuízo) no semestre** | | **(581.405)** | **42.069** |
| *Resultado por ação – em R$* | | *(50,05)* | *5,79* |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

*(Valores em milhares de reais)*

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Lucro líquido (Prejuízo) no semestre | (581.405) | 42.069 |
| **Resultado abrangente no semestre** | **(581.405)** | **42.069** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o período ao 1º semestre de 2026 e o exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

*(Valores em milhares de reais)*

| Descrição | Capital social | | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Capital social a integralizar | | |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | **790.000** | **-** | **(91.174)** | **698.826** |
| Adoção inicial da Res. CMN n° 4.966/21 | - | - | (67.785) | (67.785) |
| Resultado líquido do período | - | - | 42.069 | 42.069 |
| **Saldos em 30 de junho de 2025** | **790.000** | **-** | **(116.890)** | **673.110** |
| Aumento de capital | 250.000 | (125.000) | - | 125.000 |
| Resultado Líquido do período | - | | (10.788) | (10.788) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2025** | **1.040.000** | **(125.000)** | **(127.678)** | **787.322** |
| Aumento de capital | - | 125.000 | - | 125.000 |
| Resultado Líquido do período | - | - | (581.405) | (581.405) |
| **Saldos em 30 de junho de 2026** | **1.040.000** | **-** | **(709.083)** | **330.917** |
| **Mutações do 1º semestre de 2026** | **-** | **125.000** | **(581.405)** | **(456.405)** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025.

*(Valores em milhares de reais)*

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Lucro líquido ajustado** | **(871.414)** | **77.589** |
| **Lucro líquido** | **(581.405)** | **42.069** |
| **Ajustes ao lucro líquido do semestre** | **(290.009)** | **35.520** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (478.732) | 30.778 |
| Depreciação e amortização | 1.349 | 2.039 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 186.175 | 5.272 |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 1.084 | (2.569) |
| Resultado com venda de ativo | 115 | - |
| **Variação de ativos e passivos** | **553.553** | **(432.532)** |
| Títulos e valores mobiliários | (469.236) | (1.683.820) |
| Pagamento e recebimento a liquidar | 18 | 160 |
| Operações de crédito | (2.025) | 541.497 |
| Ativos fiscais correntes e diferidos | (1.866) | (67.650) |
| Outros ativos | 817.573 | 323.057 |
| Depósitos e demais instrumentos financeiros | 147.285 | 443.904 |
| Outros passivos | 72.030 | (7.327) |
| Impostos correntes | (10.226) | 17.647 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **(317.861)** | **(354.943)** |
| | | |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21 | - | (67.785) |
| Aporte de capital | 125.000 | - |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos** | **125.000** | **(67.785)** |
| | | |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | **(192.861)** | **(422.728)** |
| | | |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre** | **2.143.375** | **2.882.670** |
| Disponibilidades | - | 1 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 1.950.514 | 2.459.941 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre** | **1.950.514** | **2.459.942** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

## 1. Contexto operacional

O Banco Digimais S.A. (“Banco” ou “Digimais”) é uma sociedade por ações de capital fechado cujo controle é exercido pela Digimais Participações S.A. e sua sede social está localizada na Rua Arizona, nº 1426 – 9º andar – Conjuntos 91 e 92, Cidade Monções - São Paulo – SP – CEP. 04567-003.

O Banco está autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimentos. A instituição é controlada pela Digimais Participações S.A. que é uma holding de capital.

A atuação do Banco está focada principalmente no crédito consignado, sem prejuízo das operações de financiamento de veículos seminovos originadas até junho de 2026, representando respectivamente 44,61% e 48,12% das operações na carteira de crédito em 30 de junho de 2026. O Banco atua nos principais estados do Brasil e tem maior concentração nas regiões Sul e Sudeste.

A principal fonte de recursos são os depósitos a prazo captados via emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Letras Financeiras Subordinadas (LFS).

Contudo, por diretriz estratégica dos Acionistas Controladores e deliberação da Administração, a originação de novos negócios e as atividades operacionais regulares encontram-se temporariamente suspensas. Durante este período de transição, a Administração mantém seus esforços focados na gestão eficiente dos ativos e passivos remanescentes, bem como no estrito atendimento aos requisitos regulatórios junto ao Banco Central do Brasil (BACEN).

No dia 23 de junho de 2026, o Banco Digimais foi alvo de uma operação da Polícia Federal, denominada Operação Miragem, a qual investiga cometimento de supostos crimes financeiros. A Administração do Banco Digimais afirma sua total colaboração com as autoridades competentes, a fim de eliminar qualquer dúvida quanto à lisura e licitude das operações registradas pelo Banco.

Com o objetivo de otimizar o valor dos ativos e viabilizar a retomada do modelo de negócios, os Acionistas Controladores iniciaram formalmente um processo de reestruturação que prevê a alienação do controle societário da Instituição. Na presente data, o processo encontra-se em fase de prospecção e discussões preliminares com potenciais investidores de mercado. A efetivação de qualquer transação futura estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à indispensável apreciação e homologação por parte do Banco Central do Brasil (BACEN).

Não obstante a suspensão temporária das atividades operacionais, estas Demonstrações Financeiras foram preparadas sob o pressuposto de continuidade das operações. A Administração e os Acionistas controladores avaliam que a suspensão é pontual e que a alienação do controle societário visa atrair uma nova estrutura de capital e um plano de negócios renovado, fatores que permitirão o reestabelecimento e a sustentabilidade das operações a longo prazo. Consequentemente, os ativos e passivos continuam mensurados e classificados sob a premissa de que a Instituição realizará seus direitos e liquidará suas obrigações no curso normal dos negócios.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional, conforme disposto no art. 8º, § 1º, inciso I, da Resolução BACEN nº 2/20.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A moeda funcional é o Real e exceto quando indicado, os valores estão expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, que são aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

• Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

• Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1));

• Resolução CMN nº 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1));

• Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (CPC 02 (R2));
• Resolução CMN nº 4.534/16 – Ativo Intangível (CPC 04 (R1));

• Resolução CMN nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27);

• Resolução CMN nº 4.818/20 – Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2)), Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1)), Eventos subsequentes (CPC 24), Resultado por ação (CPC 41);

• Resolução CMN nº 4.924/21 – Reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis (CPC 00 (R2)), (CPC 01(R1)), (CPC 23), (CPC 46), (CPC 47); e

• Resolução CMN nº 4.966/21 – Instrumentos Financeiros (CPC 48).

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente nas Demonstrações Financeiras, nas quais:

**a) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data de encerramento do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixos para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas quando aplicável.

**c) Instrumentos financeiros:** De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 (CPC 48), os instrumentos financeiros são classificados e mensurados considerando:

i) Custo amortizado – ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos contratuais de caixa, desde que esses fluxos sejam exclusivamente de pagamento de principal e juros (SPPI). São registrados pelo custo de aquisição, ajustados pela taxa efetiva de juros e deduzidos da provisão para perdas esperadas;

Taxa de Juros Efetiva (“TJE") é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa efetiva de juros são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos

operacionalizados, apropriados ao resultado pelo método da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento.

ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos contratuais de caixa e eventualmente vendê-los, desde que atendam ao critério de fluxos de caixa SPPI. Os rendimentos são reconhecidos no resultado e as variações de valor justo registradas em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, sendo reclassificadas para o resultado no momento da realização; e

iii) Valor justo por meio do resultado (VJR) – ativos financeiros designados nessa categoria ou que não atendam ao critério SPPI e/ou ao modelo de negócio para custo amortizado ou VJORA. Os rendimentos e as variações de valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do período.

d) **Renegociação e Reestruturação:** Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas. Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco Digimais optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados a partir do valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

e) **Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:** As operações de venda de ativos financeiros são registradas conforme a Resolução CMN nº 4.966/21 (CPC 48), sendo o ativo baixado quando ocorre a transferência substancial de riscos e benefícios; nas demais situações, o ativo permanece no balanço até a perda de controle, reconhecendo-se os efeitos financeiros no resultado do período.

f) **Operações de crédito e depósitos:** As operações de crédito e os depósitos a prazo são registrados pelo valor atualizado até a data do balanço, sendo as provisões constituídas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BACEN nº 352/23, com base no modelo de perdas esperadas; os rendimentos em atraso são reconhecidos apenas quando recebidos e os créditos irrecuperáveis são baixados contra a provisão existente.

g) **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas é constituída em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BACEN nº 352/23, considerando a probabilidade de inadimplência, as condições econômicas e projeções de cenários futuros, bem como informações específicas de cada operação. O Banco adota a metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BACEN nº 352/23. A provisão é constituída considerando as características das operações, os períodos de atraso, a classificação dos ativos financeiros nas carteiras de risco de crédito aplicáveis (C1 a C5), a existência de garantias e a caracterização das operações como ativos com problema de recuperação de crédito, observados os níveis mínimos de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente. Adicionalmente, o Banco avalia a necessidade de constituição de provisão complementar sempre que os níveis mínimos regulamentares não forem suficientes para refletir a perda esperada associada ao risco de crédito, considerando as informações disponíveis e as características específicas das exposições. A provisão é revisada periodicamente e registrada em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas da carteira.

h) **Outros ativos circulantes e não circulantes**: Os outros ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço, quando aplicável, e atualizados de acordo com os indexadores contratados. Quando aplicável, estão sujeitos à avaliação de recuperabilidade e à constituição de provisão para perdas com base na expectativa de realização, considerando aspectos econômicos e financeiros do devedor, bem como demais condições que possam impactar a recuperação dos valores registrados.

i) **Imobilizado:** Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito a avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada do bem, sendo: 10%

para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e, 20% para veículos e sistema de processamento de dados.

j) **Contingências:** O Banco segue os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09, tendo como base o CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, que determina o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais demonstrada na nota explicativa nº 12.

Os ativos contingentes, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, somente quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, normalmente representado pelo trânsito em julgado da ação ou parecer jurídico atestando o ganho praticamente certo. A provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R$ 240 anuais (R$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e passivos fiscais diferidos do imposto de renda e da contribuição social são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases.

l) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações formalizadas com taxas pós-fixadas são atualizadas pelo critério pro rata temporis, e as operações com taxas pré-fixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

m) **Resultado por ação:** Resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

n) **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, realização dos créditos tributários e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

o) **Eventos subsequentes:** são eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras.

## 4. Disponibilidades

### a) Composição

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| **Aplicações financeiras de liquidez imediata** | | |
| Aplicação em operações compromissadas | 1.280.163 | 2.016.265 |
| Letras financeiras do tesouro nacional (LFT) | - | 127.110 |
| Letras do tesouro nacional (LTN) | 670.351 | - |
| **Total** | **1.950.514** | **2.143.375** |

### b) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

No semestre findo em 30 de junho de 2026, as operações com aplicação interfinanceiras de liquidez imediata, gerou um resultado de R$ 134.567, e em 30 de junho de 2025 R$ 159.592.

## 5. Títulos e valores mobiliários

### a) Composição de títulos e valores mobiliários

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Debêntures | 51.752 | 44.189 |
| Letras financeiras do tesouro (LFT) | - | 170 |
| Certificados de recebíveis imobiliários | 13.616 | 12.065 |
| FIDC de títulos públicos (4) | 487.284 | - |
| FIDC de títulos privados – financiamentos de veículos (1) | 816.447 | 821.147 |
| FIDC de títulos privados – empréstimos consignados (1) (2) | 635.721 | 744.961 |
| FIDC de títulos privados – outras operações (1) | 306.267 | 342.407 |
| Fundos de investimentos em participações (3) | 1.800.132 | 1.709.710 |
| Fundos de investimento imobiliários | 641.899 | 595.574 |
| Fundos de investimento multimercado | 6.480 | 20.139 |
| | **4.759.598** | **4.290.362** |
| Ativo circulante | 287.730 | 1.150.952 |
| Ativo não circulante | 4.471.868 | 3.139.410 |

(1) Os Fundos de investimentos em direitos creditórios privados, correspondem a participações detidas pelo Banco na condição de cotista sênior e são remunerados em média a 102% do DI mais spread;

(2) O saldo de R$ 635.721 apresentado na rubrica FIDC de títulos privados - empréstimos consignados, corresponde a um investimento feito em 28 de fevereiro de 2025 através da subscrição e integralização de aproximadamente 80% das cotas do tipo sênior de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados. Esta operação se deu com a cessão no montante de R$ 659.761 em títulos de direitos creditórios correspondentes a empréstimos consignados adquiridos de diferentes originadores. Estas cotas são remuneradas por 100% do DI, com travas de 11% para 45% da composição desta carteira, e 14% para o restante, com pagamento de juros semestrais e uma carência para os primeiros seis meses.

Com relação ao aludido FIDC, há uma disputa judicial com cinco ações em curso em que o Banco Digimais atua no polo ativo e duas ações no polo passivo. Tais questões estão relacionadas aos lastros dos direitos creditórios, as prerrogativas das cotas do tipo sênior e conflitos de interesses entre cotistas subordinados e prestadores de serviços essenciais, como a Administradora e a Gestora. Como patrocinadores destas causas, o Banco Digimais contratou os escritórios Salomão Kaiuca, Abrahão, Raposo e Cotta Advogados e Dotta, Donegatti e Lacerda Sociedade de Advogados, os quais consideram como remotas as chances de perdas destas demandas.

(3) O saldo de R$ 1.800.132, corresponde a aplicações em Fundos de investimento em participações em diversas empresas com atuação no segmento imobiliário, tecnológico, transportes, metalurgia e siderurgia. O reconhecimento do valor justo destes ativos está amparado em Laudos produzidos por empresas independentes demandados pelos Administradores e Gestores dos respectivos Fundos. Estes Fundos, contam também com Auditoria Independente de suas Demonstrações Financeiras a cada encerramento de período-base, os quais podem não coincidir com o encerramento do ano civil.

(4) Saldo referente a um Fundo de investimentos em direitos creditórios públicos do tipo não padronizado com uma fração de um ativo detido contra a União (pré-precatório). O processo tramita na 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro sobre direitos remanescentes na estatização da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A (atual Vale S.A.). Todos os valores constantes na carteira deste FIDC possuem laudos periciais jurídicos e contábeis que suportam os registros e compõem as análises dos administradores dos fundos, para a marcação a valor justo destes ativos. Em 30 de junho de 2026 o saldo de R$ 487.284 é composto pelo Patrimônio Líquido do Fundo (fundo exclusivo) no valor de R$ 740.484 reduzido de uma provisão para o ganho no reconhecimento inicial no valor de R$ 253.200.

Em decorrência da publicação da Resolução CMN nº 5.343/2026, que restringe novas aquisições de créditos judiciais sem trânsito em julgado definitivo e impõe novas metodologias de precificação a partir de janeiro de 2027, vide nota explicativa 24.

Todos os valores constantes nas carteiras de Fundos de investimentos, possuem laudos periciais jurídicos e contábeis que suportam os registros e compõem as análises dos administradores dos fundos, para a marcação a valor justo destes ativos.

### b) Resultado de operações com títulos e valores imobiliários

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Resultado de aplicação em fundos de investimentos (1) | (322.696) | 317.910 |
| Debêntures | 5.672 | 6.008 |
| Certificados de recebíveis imobiliários | 3.548 | 933 |
| Letras financeiras do tesouro (LFT) | 2.861 | 790 |
| Resultado com instrumentos financeiros para negociação | (17.315) | 26 |
| Resultado com títulos de renda fixa | (12) | - |
| **Total** | **(327.942)** | **325.667** |

(1) O resultado negativo demonstrado sob a rubrica Resultado de aplicação em fundos de investimento decorre de provisões para os ganhos no reconhecimento inicial a apropriar, registrados até 30 de junho de 2026, sendo composto negativamente por R$ 253.200 conforme mencionado na nota explicativa 5a(4) e mais R$ 153.986 de provisões adicionais diluídas em outros fundos, também para o reconhecimento inicial nos ganhos a apropriar. A diferença positiva de R$ 84.490 corresponde aos ganhos auferidos normalmente.

## 6. Operações de crédito

### a) Composição

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Empréstimos e títulos descontados | 987.347 | 868.663 |
| Financiamentos de veículos | 813.735 | 982.296 |
| Outros Créditos | 36.340 | 36.350 |
| | **1.837.422** | **1.887.309** |
| **Receitas/Custos de transação Diferidos - TJEO** | **(5.294)** | **(6.846)** |
| **Total** | **1.832.128** | **1.880.463** |

### b) Carteira por modalidade de crédito classificado ao custo amortizado

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Financiamento de veículos | 813.735 | 982.296 |
| Crédito consignado | 754.286 | 630.123 |
| Custos nas operações de crédito (1) | 146.396 | 155.938 |
| Capital de giro | 65.715 | 73.173 |
| Crédito pessoal | 13.713 | 4.411 |
| Cartão de crédito | 1.680 | 1.828 |
| Outros valores a receber | 41.897 | 39.540 |
| **Total carteira expandida ajustada ao custo amortizado** | **1.837.422** | **1.887.309** |

(1) São Prêmios pagos em aquisições de carteiras e custos de originação com as operações de Créditos consignados.

### c) Composição da carteira por segmento de mercado

| Descrição | 30/06/2026 | | 31/12/2025 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % |
| Comercio | 3.020 | 0,16% | 3.745 | 0,20% |
| Serviços | 41.360 | 2,25% | 37.289 | 1,98% |
| Particular | 1.793.042 | 97,58% | 1.846.275 | 97,83% |
| | **1.837.422** | **100%** | **1.887.309** | **100%** |
| Pessoa física | 1.793.042 | 97,58% | 1.846.275 | 97,83% |
| Pessoa jurídica | 44.380 | 2,42% | 41.034 | 2,17% |
| **Total** | **1.837.422** | **100%** | **1.887.309** | **100%** |

### d) Composição da carteira por nível de concentração

| Descrição | 30/06/2026 Valor | % | 31/12/2025 Valor | % |
|---|---|---|---|---|
| 10 maiores clientes | 106.085 | 5,77% | 110.304 | 5,84% |
| 50 seguintes maiores clientes | 12.466 | 0,68% | 13.304 | 0,70% |
| 100 seguintes maiores clientes | 12.742 | 0,69% | 11.628 | 0,62% |
| Demais clientes | 1.706.129 | 92,85% | 1.752.073 | 92,83% |
| **Total** | **1.837.422** | **100%** | **1.887.309** | **100%** |

### e) Provisão para perdas associadas a carteira de crédito por tipo de garantia

A provisão para perdas associadas a carteira de crédito por tipo de garantia está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

Em atendimento a Resolução BACEN nº 352/23, as provisões mínimas estabelecidas seguem critérios específicos quanto às garantias contratadas em categorias de C1 a C5, associadas as condições de inadimplência da carteira e a classificação das operações de crédito como ativo problemático.

| Faixa de atraso | 30/06/2026 Carteira | Provisão | 31/12/2025 Carteira | Provisão |
|---|---|---|---|---|
| **Créditos Garantidos** | | | | |
| A Vencer e Vencido de 1 a 14 dias | 8.344 | (117) | 39.570 | (554) |
| Vencido de 31 a 60 dias | 2.134 | (96) | - | - |
| Vencido de 61 a 90 dias | 30.321 | (1.516) | - | - |
| **Total em Créditos Garantidos (C1)** | **40.799** | **(1.729)** | **39.570** | **(554)** |
| **CDC Financiamento** | | | | |
| A Vencer e Vencido de 1 a 14 dias | 411.056 | (9.372) | 616.005 | (14.642) |
| Vencido de 15 a 30 dias | 62.580 | (3.353) | 93.287 | (4.866) |
| Vencido de 31 a 60 dias | 68.294 | (6.162) | 92.803 | (8.944) |
| Vencido de 61 a 90 dias | 37.363 | (7.976) | 49.769 | (10.600) |
| Vencido de 91 a 180 dias | 39.893 | (13.908) | 24.248 | (8.180) |
| Vencido de 181 a 360 dias | 76.146 | (36.752) | 94.983 | (47.173) |
| Vencidos acima de 361 dias | 118.403 | (78.162) | 11.201 | (6.428) |
| **Total em CDC Financiamento (C2)** | **813.735** | **(155.685)** | **982.296** | **(100.833)** |
| **Operação de crédito rural** | | | | |
| A Vencer e Vencido de 1 a 14 dias | 6.413 | (122) | 6.349 | (121) |
| Vencido de 61 a 90 dias | 145 | (46) | - | - |
| **Total em Operação de crédito rural (C4)** | **6.558** | **(168)** | **6.349** | **(121)** |
| **Crédito pessoal com ou sem consig. e capital de giro** | | | | |
| A Vencer e Vencido de 1 a 14 dias | 650.408 | (18.094) | 694.906 | (16.043) |
| Vencido de 15 a 30 dias | 81.777 | (13.185) | 14.149 | (2.000) |
| Vencido de 31 a 60 dias | 44.632 | (13.025) | 25.950 | (5.498) |
| Vencido de 61 a 90 dias | 46.364 | (24.116) | 39.485 | (18.022) |
| Vencido de 91 a 180 dias | 40.587 | (25.191) | 54.634 | (35.742) |
| Vencido de 181 a 360 dias | 75.370 | (57.310) | 12.455 | (11.624) |
| Vencidos acima de 361 dias | 37.192 | (31.799) | 17.515 | (14.050) |
| **Total em Crédito pessoal com ou sem consig. e capital de giro (C5)** | **976.330** | **(182.720)** | **859.094** | **(102.979)** |
| **Total Geral** | **1.837.422** | **(340.302)** | **1.887.309** | **(204.487)** |

### f) Movimentação da provisão

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **(204.487)** | **(80.728)** |
| Adoção inicial da Res. CMN n° 4.966/21 | - | (123.245) |
| Constituições/Reversões | (186.175) | (47.553) |
| Créditos baixados para prejuízo/cedidos | 50.360 | 47.039 |
| **Saldo final** | **(340.302)** | **(204.487)** |

### g) Receitas com operações de crédito

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Financiamentos | 92.331 | 236.205 |
| Rendas de arranjo de pagamento | 201 | 2.136 |
| Recuperação de créditos baixados para prejuízo | 2.331 | 4.900 |
| Empréstimos | 79.707 | 52.225 |
| Rendas com serviços prioritários | 2.562 | 3.950 |
| Rendas de tarifas bancárias | 260 | 15 |
| Rendas com avaliações e outros serviços | 1.310 | 14.991 |
| **Total** | **178.702** | **314.422** |

### h) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Empréstimos e títulos descontados | (62.164) | (29.831) |
| Financiamentos | (47.748) | (32.492) |
| Outros | (77.069) | (2.208) |
| Reversões | 806 | 59.079 |
| **Total** | **(186.175)** | **(5.272)** |

### i) Cessão de créditos

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não houve operações de cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios, conforme as disposições contábeis previstas na Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, vigente a partir de 1º de janeiro de 2025.

### j) Renegociação

Durante o 1º semestre de 2026, foram renegociados créditos perfazendo um saldo acumulado de R$ 11.790 e durante o exercício de 2025, foram renegociados créditos perfazendo um saldo acumulado de R$ 171.803.

## 7. Ativos fiscais

### a) Ativos fiscais correntes

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Impostos e contribuições a compensar | 56.993 | 57.003 |
| Saldo de antecipações para IRPJ e CSLL | 5.162 | 7.108 |
| IRPJ e CSLL sobre juros de mora (1) | 111.375 | 106.594 |
| **Total** | **173.530** | **170.705** |
| | | |
| Ativo circulante | 62.155 | 64.111 |
| Ativo não circulante | 111.375 | 106.594 |

(1) Os saldos apresentados como IRPJ e CSLL sobre juros de mora são decorrentes da não incidência de imposto de renda e contribuição social sobre o valor recebido a título de juros moratórios em razão de atraso no pagamento pelos clientes. Este ativo foi constituído mediante a emissão de uma Opinião Legal de nossos assessores jurídicos atestando o ganho como praticamente certo.

### b) Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos são decorrentes de diferenças temporárias (relativas às provisões sobre operações de crédito, provisão sobre ações cíveis e trabalhistas, marcação a mercado dos títulos classificados a valor justo) e prejuízos fiscais / base negativa de contribuição social.

| Descrição | 30/06/2026 | | | 31/12/2025 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Provisões para perdas de crédito | 242.865 | 194.292 | 437.157 | 219.173 | 175.338 | 394.511 |
| Provisões para contingências | 7.981 | 6.385 | 14.366 | 7.711 | 6.168 | 13.879 |
| Outras diferenças temporárias | 138.873 | 111.098 | 249.971 | - | - | - |
| Prejuízos fiscais/base negativa | 105.793 | 83.920 | 189.713 | 3.097 | 1.947 | 5.044 |
| | **495.512** | **395.695** | **891.207** | **229.981** | **183.453** | **413.434** |

### c) Expectativa de realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, conforme a seguinte expectativa:

| Exercício | 30/06/2026 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Diferenças Temporárias | Prejuízo Fiscal | Total C.T. | Valor Presente |
| 2026 | 84.440 | - | 84.440 | 78.695 |
| 2027 | 303.528 | 189.712 | 493.240 | 399.726 |
| 2028 | 39.192 | - | 39.192 | 27.607 |
| 2029 | 39.191 | - | 39.191 | 24.006 |
| 2030 | 39.191 | - | 39.191 | 20.875 |
| 2031 | 39.191 | - | 39.191 | 18.152 |
| 2032 | 39.191 | - | 39.191 | 15.779 |
| 2033 | 39.191 | - | 39.191 | 13.720 |
| 2034 | 39.190 | - | 39.190 | 11.931 |
| 2035 | 39.190 | - | 39.190 | 10.375 |
| | **701.495** | **189.712** | **891.207** | **620.866** |

Em 30 de junho de 2026 os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **413.434** | **434.289** |
| Efeito fiscal sobre adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21 | - | 55.460 |
| Constituição de Crédito Presumido Lei nº 12.838/13 | - | (55.836) |
| Constituições | 855.268 | 374.473 |
| Baixas | (377.495) | (394.952) |
| **Saldo final** | **891.207** | **413.434** |

Em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20, eventual reversão, bem como a manutenção dos créditos tributários deverão ser avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

## 8. Imobilizado de uso

### a) Composição

| Descrição | Taxa de depreciação | Custo | (-) Depreciação acumulada | Total |
|---|---|---|---|---|
| Móveis, instalação e equipamento de uso | 10% | 154 | (92) | **62** |
| Sistemas de comunicação | 10% | 110 | (103) | **7** |
| Sistema de processamento de dados | 20% | 14.897 | (12.586) | **2.311** |
| Sistema de segurança | 10% | 4 | (4) | **-** |
| **Saldos em 30 de junho de 2026** | | **15.165** | **(12.785)** | **2.380** |

### b) Movimentação

| Descrição | Móveis, inst. e equip. de uso | Sistema de comunic. | Sist. de proc. de dados | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2025** | **127** | **10** | **3.707** | **3.844** |
| Baixas | (16) | - | (99) | (115) |
| Depreciação | (49) | (3) | (1.297) | (1.349) |
| **Saldos em 30 de junho de 2026** | **62** | **7** | **2.311** | **2.380** |

## 9. Outros ativos

### a) Composição

Os saldos apresentados no grupo Outros Ativos classificados como ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, não havendo ajustes na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21.

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Valores a receber (1) | 464.824 | 1.256.225 |
| Despesas antecipadas (nota explicativa 9b) | 40.350 | 76.179 |
| Demais contas a receber | - | 4.079 |
| Devedores por depósito em recursos (2) | 36.321 | 14.749 |
| Garantias retomadas - BNDU (3) | 6.270 | 7.913 |
| Adiantamentos salariais | 945 | 7.138 |
| **Total** | **548.710** | **1.366.283** |
| Ativo circulante | 263.196 | 371.377 |
| Ativo não circulante | 285.514 | 994.906 |

(1) O saldo de R$ 464.824, apresentado na rubrica Valores a Receber em 30 de junho de 2026, é composto substancialmente por uma operação mercantil de venda a prazo para a B.A. Empreendimentos e Participações S.A.

A operação refere-se à venda das ações da Digimais Securitizadora de Créditos Financeiros S/A, realizada em 28 de outubro de 2024, pelo valor total de R$ 193.459, com vencimento em 23 de outubro de 2029. Em 30 de junho de 2026, o saldo desse direito correspondia a R$ 242.923. O contrato prevê atualização monetária pela taxa DI + 0,5% ao ano, o que resultou na apropriação de R$ 49.464 a título de juros no semestre.

A redução do saldo da rubrica em relação ao exercício anterior decorre da celebração, no dia 29 de dezembro de 2025, pelo Banco de um "Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças", na qualidade de vendedor, alienando à sua controladora indireta, a B.A. Empreendimentos e Participações S.A., a totalidade das cotas do Fundo Hermon de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados — Responsabilidade Limitada, (Fundo Hermon). No dia 07 de abril de 2026, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("SPA"), entre o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de comprador, e o Digimais Participações S.A. (controlador direto do Banco Digimais), na qualidade de vendedor, com a interveniência anuente do Banco Digimais S.A., B.A. Empreendimentos e Participações S.A. e Rádio e Televisão Record S.A, tendo por objeto a compra e venda da totalidade das ações do Banco Digimais S.A., onde as Partes assumiram o compromisso de celebrar e implementar todos os atos e instrumentos necessários para formalizar a retrovenda, em favor do Comprador, da totalidade das cotas do Fundo Hermon anteriormente alienadas pelo Banco para

a B.A. Empreendimentos e Participações S.A., de modo que as Cotas do Fundo Hermon voltassem a integrar o patrimônio do Comprador pelo mesmo preço de aquisição do Contrato Origina conforme nota explicativa nº 5a(4).

O valor da operação de retrocessão tomou por base o Patrimônio Líquido do Fundo, na última data base disponível e que foi auditado por empresa independente de auditoria e teve como base Laudo de Avalição produzido por empresa de Auditoria internacional (Big 4).

(2) O saldo apresentado de devedores por depósito em recursos, refere-se a depósitos de ações judiciais de impostos, ações trabalhistas e ações indenizatórias e seu aumento se deu em função de valores recebidos decorrentes das carteiras cedidas para o FIDC conforme mencionado na nota explicativa nº 5a(2) que passaram a ser honrados através de depósitos judiciais conforme determinação judicial.

(3) O saldo de R$ 6.270 apresentado sob a rubrica Garantias retomadas – BNDU, trata-se de Ativo não financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

### b) Despesas antecipadas

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Fundos de investimento - Estruturação (1) | - | 20.557 |
| Licença de uso (2) | 24.811 | 34.115 |
| Despesas com cartões | 6.381 | 8.023 |
| Outras despesas antecipadas | 3 | 800 |
| Despesas de processamento de dados | 8.051 | 11.368 |
| Despesas de pessoal antecipadas | 162 | 169 |
| Despesas de serviços técnicos especializados (3) | 942 | 1.147 |
| **Total** | **40.350** | **76.179** |
| Ativo circulante | 28.012 | 46.929 |
| Ativo não circulante | 12.338 | 29.250 |

(1) Trata-se de custos relacionados a estruturação de operações de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Privados, cuja integralização ocorreu por meio de créditos oriundos de financiamentos de veículos. Esses custos são apropriados ao resultado de acordo com o prazo médio da carteira de crédito.

A redução do saldo da rubrica em relação ao período anterior decorre, substancialmente, da baixa do saldo remanescente de custos relacionados à estruturação de operações de fundos de investimento, em linha com a realização e encerramento das respectivas operações;

(2) O saldo apresentado de despesa antecipada com licença de uso, refere-se ao direito de uso da marca “Digimais” de propriedade da B.A. Empreendimentos e Participações S/A. (Holding e controladora indireta do Banco), composto por 16 parcelas das 60 pactuadas em instrumento particular celebrado entre as partes no dia 01 de novembro de 2022 com o valor total de R$ 93.041;

(3) As despesas antecipadas com serviços técnicos especializados, referem-se ao controle de apropriação e diferimento dos serviços de informática com espaços em nuvem para armazenamento de dados e operações digitais que são prestados por terceiros contratados.

## 10. Depósitos a prazo

### a) Composição de depósitos a prazo

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Certificado de deposito bancário pós fixado | 7.467.737 | 6.888.296 |
| Certificado de deposito bancário pré-fixado | 1.188.381 | 1.647.683 |
| Deposito a prazo com garantia especial - DPGE | 31.602 | 40.785 |
| Letras financeiras subordinadas | 589.442 | 550.405 |
| **Total** | **9.277.162** | **9.127.169** |
| Passivo circulante | 2.209.206 | 2.007.327 |
| Passivo não circulante | 7.067.956 | 7.119.842 |

## b) Composição por vencimento e por tipo de depositante

Os depósitos a prazo representam uma das principais fontes de funding da Instituição e totalizavam R$ 9.277.162 mil em 30 de junho de 2026, comparativamente a R$ 9.127.169 mil em 31 de dezembro de 2025.

No contexto do plano de reestruturação adotado pela Administração, o Banco interrompeu a realização de novas captações, passando a concentrar a gestão de liquidez no acompanhamento dos vencimentos e no adimplemento das obrigações referentes ao estoque de captações existentes.

As captações com taxas pré-fixadas representavam aproximadamente 20% dos saldos dos recursos captados e as operações com taxas pós-fixadas representam 80%. O custo de captação junto as plataformas, em percentual equivalente ao DI, correspondem em média a 115,70% (“all in”); a taxa média oferecida aos clientes finais pelas plataformas gira em torno de 111,86% da variação do DI.

A Administração monitora continuamente os fluxos de vencimento dos depósitos e demais instrumentos financeiros, em conjunto com a posição de ativos líquidos da Instituição e as medidas destinadas ao fortalecimento de sua estrutura patrimonial.

| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **A prazo** | | | | | | |
| Pessoas físicas | 1.777 | 6.954 | 6.816 | 129 | - | 15.676 |
| Pessoas jurídicas | 579.752 | 1.418.844 | 3.306.215 | 3.291.027 | 515.655 | 9.111.493 |
| **Totais em 31/12/2025** | **581.529** | **1.425.798** | **3.313.031** | **3.291.156** | **515.655** | **9.127.169** |
| **A prazo** | | | | | | |
| Pessoas físicas | 1.217 | 2.980 | 1.114 | 107 | - | 5.418 |
| Pessoas jurídicas | 285.015 | 1.919.994 | 3.497.029 | 2.977.754 | 591.952 | 9.271.744 |
| **Totais em 30/06/2026** | **286.232** | **1.922.974** | **3.498.143** | **2.977.861** | **591.952** | **9.277.162** |

## c) Concentração por depositantes

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| 10 maiores clientes (1) | 9.053.171 | 8.719.737 |
| 50 seguintes maiores clientes | 222.949 | 399.739 |
| 100 seguintes maiores clientes | 1.042 | 7.693 |
| **Total** | **9.277.162** | **9.127.169** |

(1) Dentro dos 10 maiores clientes apresentados, 95,66% do valor, ou seja, R$ 8.660.688 estão pulverizados em depositantes mantidos por intermédio de plataformas de distribuição.

## d) Despesas com captação no mercado

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Despesas com contribuição ao FGC | (6.864) | (4.659) |
| Despesas com captações subordinadas | (2.312) | (32.103) |
| Despesas de captações com o mercado | (664.663) | (531.441) |
| Total | **(673.839)** | **(568.203)** |

## 11. Passivos fiscais correntes

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Imposto de renda | 572 | 2.965 |
| Contribuição Social | - | 930 |
| Imposto sobre serviços | - | 45 |
| Contribuições federais - PIS e COFINS | 441 | 8.374 |
| Encargos trabalhistas | 3.096 | 2.291 |
| IOF a recolher | 371 | 101 |
| **Total** | **4.480** | **14.706** |

## 12. Provisões para contingências

### a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2026, não existe processo ativo contingente.

### b) Passivos contingentes classificados como perda provável

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota Explicativa nº3j. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas eventuais decorrentes dos respectivos processos.

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Contingências trabalhistas | 29.280 | 28.323 |
| Contingências cíveis | 2.645 | 2.518 |
| **Total** | **31.925** | **30.841** |

### c) Movimentação

Em 30 de junho de 2026, a movimentação da provisão para riscos no Balanço Patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do período são assim demonstradas:

| Descrição | Trabalhistas | Cíveis | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2025** | **28.323** | **2.518** | **30.841** |
| Constituições/Reversões | 6.615 | 1.134 | 7.749 |
| Baixas | (5.658) | (1.007) | (6.665) |
| **Saldos em 30 de junho de 2026** | **29.280** | **2.645** | **31.925** |

### d) Passivos contingentes classificados como perda possível

O banco possui ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Contingências trabalhistas | 33.798 | 32.556 |
| Contingências cíveis | 1.374 | 774 |
| Contingências tributárias | 280 | 272 |
| **Total** | **35.452** | **33.602** |

## 13. Outros passivos

| Descrição | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|
| Credores diversos (1) | 99.601 | 12.544 |
| Provisões para pagamentos a efetuar (2) | 59.055 | 63.077 |
| Obrigações por aquisições de bens e direitos | 7.263 | 7.893 |
| Participações nos resultados a pagar | - | 1.936 |
| Remuneração variável – parcela diferida | 2.895 | 11.334 |
| **Total** | **168.814** | **96.784** |

(1) Esse saldo é composto majoritariamente por valores recebidos e que se encontram em reconciliação financeira. A origem dos valores é de contratos de cessões onde o Banco figura como cessionário (originadores diversos) e que foram objetos de cessões posteriores como cedente.

(2) Do saldo apresentado, R$ 59.055 corresponde a aquisição de cotas de Fundos de investimento em participações contratada para pagamento a prazo.

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

Em 02 de dezembro de 2025, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que deliberou pelo aumento do capital social no montante de R$ 250.000, mediante a emissão de 4.353.421 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Do valor total do aumento 100% foram integralizados, portanto, em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$ 1.040.000.

### b) Juros sobre Capital

No semestre findo em 30 de junho de 2026 não houve deliberação para pagamento de Juros sobre o capital próprio.

### c) Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2026 não há reserva de lucros, já que o Banco se encontra com prejuízos acumulados.

### d) Prejuízos acumulados e plano de recomposição patrimonial

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco apurou prejuízo líquido de R$ 581.405, elevando o saldo de prejuízos acumulados para R$ 709.083, comparativamente a R$ 127.678 em 31 de dezembro de 2025.

Em decorrência do resultado apurado no período, o patrimônio líquido do Banco reduziu-se de R$ 787.322 em 31 de dezembro de 2025 para R$ 330.917 em 30 de junho de 2026.

| Descrição | 31/12/2025 | Movimentação no semestre | 30/06/2026 |
|---|---|---|---|
| Capital social | 1.040.000 | - | 1.040.000 |
| Capital social a integralizar | (125.000) | 125.000 | - |
| Prejuízos acumulados | (127.678) | (581.405) | (709.083) |
| **Patrimônio líquido** | **787.322** | **(456.405)** | **330.917** |

Diante da redução patrimonial observada no período, a Administração estabeleceu medidas destinadas ao fortalecimento da estrutura de capital da Instituição, incluindo aporte de capital no montante de R$ 1.714.266, a ser realizado subsequentemente à data-base destas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 24.

## 15. Transações com partes relacionadas

| Descrição | Taxa de Juros (ao ano) | Prazos até | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante e não circulante** | | | | |
| **Operação de Crédito:** | | | **8.185** | **10.045** |
| **Pessoas jurídicas** | | | | |
| Controladores diretos e indiretos | 28% | 03/2028 | 8.086 | 9.840 |
| Outras | 31% | 09/2026 | 99 | 205 |
| **Demais contas a receber:** | | | **267.734** | **1.002.280** |
| Despesas antecipadas | 0,00% | 11/2027 | 24.811 | 34.115 |
| Valores a receber (1) | DI+0,5% | 10/2029 | 242.923 | 968.165 |
| **Passivo circulante e não circulante** | | | | |
| **Depósitos à vista:** | | | **4** | **5** |
| **Pessoas jurídicas** | | | | |
| Controladores diretos e indiretos | - | - | 4 | 2 |
| Outras | - | - | - | 3 |
| **Depósitos a prazo:** | | | **-** | **211.679** |
| **Pessoas jurídicas** | | | | |
| Controladora direta | 107% CDI | 11/2027 | - | 128 |
| Controladores indiretos | 100% CDI a 107% CDI | 01/2026 a 10/2027 | - | 209.673 |
| Outras | 100% CDI a 107% CDI | 10/2025 a 11/2027 | - | 1.878 |
| **Despesas de captação** | | | **-** | **2.169** |

(1) A variação apresentado na rubrica, é composta substancialmente por uma operação mercantil de venda a prazo para a B.A. Empreendimentos e Participações S.A, que foi desfeita no primeiro semestre de 2026, vide nota explicativa 9.

### a) Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores totalizou no semestre findo em 30 de junho de 2026 o montante de R$ 2.895 e em 30 de junho de 2025 R$ 6.064.

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a quaisquer compensações financeiras adicionais e os benefícios indiretos poderão ser descontinuados. Não há benefícios de curto ou longo prazo nem remuneração baseada em ações.

## 16. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Resultado antes do IR e CSLL e da PLR | (1.060.137) | 74.481 |
| Participações nos lucros e resultados – PLR | - | (1.634) |
| | **(1.060.137)** | **72.847** |
| Imposto de renda à alíquota de 15% | 159.021 | (10.927) |
| Adicional de imposto de renda à alíquota de 10% | 106.038 | (7.273) |
| Contribuição social à alíquota de 20% | 212.027 | (14.569) |
| **Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes** | **477.086** | **(32.769)** |
| Ajustes permanentes | 1.646 | 1.991 |
| **Total** | **478.732** | **(30.778)** |

## 17. Despesas com venda ou transferência de ativos financeiros

No 1º semestre de 2026, não houve operação de venda dessa natureza. Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, foi apurado R$ 23.494 de prejuízos com as vendas de carteiras não performadas sem coobrigação.

## 18. Outras despesas administrativas

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Com tecnologia da informação (2) | (34.008) | (26.342) |
| Com serviços de terceiros (1) | (20.517) | (30.218) |
| Com aluguéis | (822) | (983) |
| Com internet | (380) | (383) |
| Com registros (3) | (69.458) | (6.098) |
| Com consultorias e auditoria | (10.727) | (5.070) |
| Com licença de uso da marca | (9.304) | (9.304) |
| Demais despesas gerais e administrativas | (16.327) | (9.973) |
| Com depreciação e amortização | (1.463) | (2.039) |
| Com contingências | (6.744) | (4.019) |
| **Total** | **(169.750)** | **(94.429)** |

(1) O saldo apresentado, trata-se majoritariamente dos pagamentos realizados para agências de cobranças no auxílio a recuperação de créditos inadimplidos;

(2) As despesas com tecnologia da informação decorrem dos gastos com manutenção da infraestrutura e desenvolvimentos sistêmicos para atendimento administrativo;

(3) Esta rubrica inclui, majoritariamente, gastos relacionados à Estruturação de fundos de investimentos (20.557) e atualização de despesas com letras financeiras (R$ 46.961).

## 19. Despesas tributárias

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Despesas com ISS | (157) | (1.319) |
| Despesas com PIS e COFINS | (1.391) | (11.660) |
| Despesas tributárias diversas | (33) | (26) |
| **Total** | **(1.581)** | **(13.005)** |

## 20. Responsabilidades e compromissos

Em 30 de junho de 2026, o Banco não possuía saldo de avais e fianças prestados a clientes e no período não houve pagamento oriundo de garantias.

## 21. Outras receitas e despesas operacionais

### a) Outras receitas operacionais

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Variação monetárias | 22.231 | 16.430 |
| Variação Cambial | - | (36) |
| Outras | 987 | 261 |
| **Total** | **23.218** | **16.655** |

### b) Outras despesas operacionais

| Descrição | 30/06/2026 | 30/06/2025 |
|---|---|---|
| Outras despesas operacionais | (6.647) | (8.491) |
| Variação cambial | - | (184) |
| Perdas operacionais | (4.755) | (153) |
| **Total** | **(11.402)** | **(8.828)** |

## 22. Instrumentos financeiros

A gestão dos instrumentos financeiros, é focada em portfolios e fatores de risco conforme regulamentação do BACEN e das boas práticas internacionais, e são classificados de acordo com a intenção da Administração na data da contratação da operação, se a finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Alinhada com as principais prática contábeis CMN nº 4.966/21 (CPC 48), vide nota explicativa 3c.

A gestão do risco de mercado concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações não classificadas na carteira bancária, sendo adotado como metodologia para mensurar os riscos de mercado da carteira de não negociação, o EVE (Economic Value of Equity) – parcela Rban – e os testes de estresse que determinam a sensibilidade do capital frente aos impactos de movimentos extremos de mercado.

## 23. Gestão de riscos

O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação de diretores e da gestão de riscos, além de outras áreas. Todas as decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Banco. Adicionalmente, em conformidade com a resolução nº 54/20 estão divulgados no site da Instituição, www.bancodigimais.com.br, as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos, as exposições aos riscos, o patrimônio de referência (PR), e as parcelas de requerimento de capital.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, foi estabelecida a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados, que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.

Foram formalizados em políticas e normativas internas com as diretrizes da gestão de risco para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis.

O modelo adotado é das três linhas de defesa, com o objetivo de estabelecer a cultura de gerenciamento de riscos integrados, na qual o Departamento de Riscos é participante da segunda linha de defesa.

O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição.

### a) Risco operacional

O Banco detém uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, na qual o departamento de riscos é responsável pelo gerenciamento dos riscos operacionais com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar a efetividade dos controles, atuando em parceria com a área de Controles Internos.

A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e no acordo de Basileia - BIS (Bank for International Settlements), que contempla avaliações nos processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação na mitigação dos riscos identificados.

Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica.

**b) Risco de mercado**

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. O risco de mercado para o Banco Digimais concentra-se na variação da taxa de juros. Para mensurar o risco é utilizado a metodologia EVE (Economic Value of Equity), que avalia a mudança no valor de mercado de uma carteira resultante de choque nas taxas de juros. A diferença entre os fluxos de caixa projetados do Banco Digimais (utilizando taxas de mercado) e os mesmos fluxos utilizando taxas estressadas, estima o risco de perda da carteira.

O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis.

**c) Risco de liquidez**

O Banco Digimais adota como metodologia para mensurar o risco de liquidez, o monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro do Banco. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações.

**d) Risco de crédito**

O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou; custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O monitoramento do risco acontece através do acompanhamento da qualidade da carteira de crédito e elaboração de políticas, normas, testes de estresse, análise de níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

**e) Risco Socioambiental**

O Banco Digimais, em observância a Resolução CMN 4.945/21, estabelece a estrutura de gerenciamento da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), por meio de práticas adotadas para a gestão e governança deste assunto, observando a legislação vigente e aplicando a todo o Conglomerado Prudencial.

Responsabilidade Ambiental: o Banco Digimais reconhece a sua responsabilidade ambiental, constituindo princípios que orientem a atuação da Instituição e as partes interessadas, no âmbito da gestão ambiental e climática, as ações de efetividade elaboradas devem seguir padrões adequados ao modelo, a natureza de negócios, a complexidade das operações e atividades exercidas pela instituição.

Responsabilidade Social: o Banco Digimais reconhece a sua responsabilidade social e a sua capacidade de gerar impacto positivo no meio regulatório em que atua, bem como, na sociedade em geral, por meio de ações afirmativas voltadas ao coletivo e busca de aderência a melhores práticas adequadas em suas atividades, processos e produtos ou serviços por ela oferecidos.

Responsabilidade com os Colaboradores: A relação do Banco Digimais, com seus colaboradores é pautada por boas práticas trabalhistas, tendo como finalidade o cumprimento das leis brasileiras aplicáveis, a promoção de um ambiente de trabalho saudável e seguro, livre de qualquer forma de abuso, assédio, discriminação, observando o estabelecido nos Códigos de Ética e de Conduta do Banco Digimais e a capacitação e o engajamento dos colaboradores para que incorporem práticas socioambientais ao seu dia a dia, bem como as práticas de educação financeira, dentro e fora da Instituição.

Relacionamento com Fornecedores: Os procedimentos e premissas social, ambiental e climática visam garantir que as empresas contratadas possuam condutas social, ambiental e ética dentro dos padrões estabelecidos nesta política.

Sendo assim, são adotadas práticas que visam estruturar boas práticas, assegurando o estímulo à transformação, gerando impactos positivos na sociedade.

### f) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação da necessidade de capital a fim de fazer face aos riscos envolvidos nas operações da instituição.

O BACEN determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, conforme demonstrado a seguir:

| Descrição | Após aportes de Capital (1) *(Recognition)* | 30/06/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|
| PR Nível I – Capital principal | 912.942 | 38.631 | 708.116 |
| Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente | - | (150.900) | - |
| PR Nível II – LFSN | 304.593 | 310.988 | 364.253 |
| **PR - Patrimônio de Referência** | **1.217.535** | **198.719** | **1.072.369** |
| RWAcpad - Risco de crédito | 7.494.122 | 9.055.994 | 8.226.189 |
| RWAopad – Risco operacional | 591.189 | 525.757 | 652.438 |
| RWAmpad – Risco de mercado | - | - | 153 |
| **RWA – Ativos Ponderados pelo Risco** | **8.085.311** | **9.581.751** | **8.878.780** |
| **Índice de Basileia Nível I – Capital principal** | **11,29%** | **-1,17%** | **7,98%** |
| **Índice de Basileia Amplo** | **15,06%** | **2,07%** | **12,08%** |

(1) Em 30 de junho de 2026, em decorrência dos resultados apurados no semestre e dos impactos patrimoniais reconhecidos no período, os indicadores de capital da Instituição encontravam-se abaixo dos requerimentos prudenciais aplicáveis. Nesse contexto, em eventos subsequentes a data base destas demonstrações financeiras, foram deliberados e aprovados pelos controladores, novos aumentos para o Capital Social do Banco com a integralização no montante de R$ 1.714.266, conforme divulgado na nota explicativa 24.

Evidenciamos na coluna de *Recognition* os critérios de elegibilidade e os componentes patrimoniais integralmente reconhecidos para o cálculo do Índice de Basileia, refletindo nossa sólida estrutura de capital sob as normas regulatórias vigentes, fundamentando a apuração real da situação do Banco.

## 24. Eventos subsequentes

Os administradores declaram os fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do semestre que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira do Banco ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

### a) Injeção de Capital Programada

No âmbito do conjunto de medidas destinadas à fortalecimento patrimonial e saneamento dos indicadores operacionais da Instituição, foi assinado e ratificado pelos órgãos de governança corporativa do Banco Digimais S.A., com a devida submissão às instâncias de supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), o plano de capitalização direta via aporte financeiro substancial no montante global de R$ 2.070.000.

Do valor aprovado, já foram subscritos e integralizados através de AGE de 15 de outubro de 2026 um aumento no valor de R$ 1.214.266 e através da AGE de 19 de outubro de 2026 outro aumento de R$ 500.000. Estas operações de recomposição patrimonial foram estruturadas com a finalidade de reverter o desenquadramento regulatório do Índice de Basileia no exercício e restabelecer a plena conformidade da Instituição perante os níveis mínimos operacionais e margem de solvência estipulados pelas diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelas normas prudenciais vigentes emanadas pelo BACEN. A diferença no valor de R$ 355.734 está prevista para integralização até o término do primeiro semestre de 2027.

**b) Remarcação de Ativos em Fundos de Investimento**

No período subsequente, foram identificados a necessidade de ajustes decorrentes de reconhecimento dos ganhos a apropriar sobre saldos em fundos de investimento no montante aproximado de R$ 51.735 em 31 de agosto de 2026 e a administração tem como parte de seu Plano de recomposição novas avaliações as quais terão seu reconhecimento ao longo do próximo exercício.

Em período subsequente ao encerramento do 1º semestre, a Administração revisou os processos de revisão de premissas, reavaliação patrimonial e precificação a valor justo de mercado (*mark-to-market*) referente aos ativos financeiros detidos em fundos de investimento da Instituição.

Após a conclusão da adequação da precificação de tais ativos, a administração reconhecerá seu impacto patrimonial efetuando os ajustes adequados.

**c) Alienação de Cotas do FIDC de títulos privados – financiamentos de veículos**

Dando estrito cumprimento às diretrizes de governança corporativa e alinhamento com as determinações da autoridade monetária, o Banco concretizou em 01 de setembro de 2026 a alienação da totalidade das cotas de sua titularidade e propriedade relativas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

A referida operação de desinvestimento total foi motivada por desconformidades operacionais, assegurando o pronto reenquadramento da Instituição às exigências operacionais estabelecidos pela Resolução nº 2.907/2001 do BACEN. Com a efetiva alienação desse ativo da estrutura patrimonial do Banco, foram reintegradas as carteiras de créditos de financiamentos de veículos (CDCs) e que resultou em um prejuízo no valor de R$ 797.684. Assim neutralizando o vetor de interferência e incerteza regulatória na composição do capital, ao mesmo tempo em que se promoveu uma expressiva redução no perfil de risco de liquidez e de crédito do portfólio remanescente da Instituição.

**d) Impactos da Resolução CMN nº 5.343/2026 – FIDC de títulos públicos**

Em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 5.343/2026, que estabeleceu novas diretrizes, restrições e critérios de elegibilidade, mensuração e governança para a aplicação de recursos de instituições financeiras em direitos creditórios de natureza judicial e arbitral, o Banco avalia as principais implicações decorrentes da norma que compreendem:

- Novas Regras de Mensuração e Verificabilidade: A exigência de adoção de metodologias de precificação dinâmicas e independentes, com base no estágio processual dos precatórios subjacentes ao fundo, afastando a dependência exclusiva de modelos internos.

- Governança e Transparência: A implementação de rotinas adicionais de monitoramento legal e auditoria específica sobre o lastro e o andamento dos créditos judiciais detidos pelo Fundo, com observância estrita aos prazos de adequação estipulados pelo regulador.

Com base nos testes de recuperabilidade (*impairment*) e nas análises de valor justo efetuadas, não foram identificadas perdas de caráter permanente ou desvios relevantes que exijam a constituição imediata de provisões extraordinárias para perdas ao resultado da Instituição.
O Banco continuará monitorando ativamente os desdobramentos dos títulos públicos que compõem a rubrica, no sentido de assegurar o pleno e tempestivo atendimento às exigências regulatórias impostas pela Resolução CMN nº 5.343/2026, sem prejuízo material para a liquidez e solvência da posição mantida pela Instituição.

***

# Composição da Administração

## Diretoria Executiva

**Diretor Presidente**
Eduardo Gonzaga de Oliveira Guedes

**Diretores**
Marcelo de Lima Brasil (Diretor Jurídico)
Rodrigo Ruggero (Diretor Contábil e Riscos)
João Alves de Campos (Diretor Financeiro e Captação)

## Contador

Rodrigo Ruggero - CRC1SP296269/O-4